

Brasília-DF, 29 de setembro de 2026

NOTA DE FALECIMENTO

Sra. Júlia Brito da Silva

MÃE DA COMPANHEIRA SÔNIA MARIA ZERINO, Secretária para assuntos de Trabalho da Mulher, da Juventude e do Idoso da CNTI e presidenta da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST).

★ — 28 de setembro

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) comunica, com profundo pesar, o falecimento da Sra. **Júlia Brito da Silva**, mãe da companheira Sônia Maria Zerino, Secretária para assuntos de Trabalho da Mulher, da Juventude e do Idoso da CNTI e presidenta da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), ocorrido nesta segunda-feira, 28 de setembro.

Neste momento de profunda dor e consternação, a CNTI, em nome de sua Diretoria, manifesta sua solidariedade à companheira Sônia Zerino, aos familiares e amigos, desejando que encontrem força, conforto e serenidade para enfrentar este momento de despedida.

A CNTI expressa seus mais sinceros sentimentos e sua solidariedade a toda a família, unindo-se àqueles que sofrem com esta irreparável perda.

Descanse em paz, Dona Júlia!



mudanças no tamanho das principais bancadas e, ao mesmo tempo, um nível de renovação inferior à média histórica. O levantamento compara a composição eleita em 2022, o quadro atual e as faixas estimadas para 2027.

Hoje, PL e PP/União dividem a posição de maiores bancadas, com 98 deputados cada, enquanto PT/PCdoB/PV reúne 82 parlamentares. Esse equilíbrio, no entanto, pode mudar após as urnas. Pelo ponto médio das projeções, PP/União passaria a 107 cadeiras, enquanto o PL ficaria com 91 e PT/PCdoB/PV alcançaria 87.

A distância entre esses grupos, porém, não está definida. As estimativas trabalham com intervalos que se sobrepõem: PP/União pode eleger entre 93 e 121 deputados; PL, entre 78 e 103; e PT/PCdoB/PV, entre 74 e 100. Isso significa que a configuração final das maiores bancadas permanece aberta e dependerá do resultado eleitoral em cada estado.

As mudanças também aparecem entre as bancadas intermediárias. PSD e Republicanos apresentam perspectiva de crescimento, com médias projetadas de 52 e 48 cadeiras, respectivamente. Em sentido contrário, o MDB passaria das atuais 38 para uma média de 35 deputados, enquanto PSDB/Cidadania cairia de 19 para 13. O Podemos permaneceria próximo do patamar atual, com 27 cadeiras.

Esse possível rearranjo ocorrerá em uma eleição marcada pela forte presença de parlamentares que tentam permanecer na Câmara. Dos 513 deputados, 438 — 85,4% da Casa — disputam a reeleição. A estimativa é de que entre 297 e 315 consigam novo mandato, abrindo espaço para a entrada de 198 a 216 novos deputados.

Com isso, a renovação projetada fica entre 39% e 43%, abaixo da média de 49% observada desde 1990. O cenário combina, portanto, continuidade de parcela expressiva dos portais, deputados com mudanças na dimensão das bancadas — movimento que ajudará a definir a correlação de forças e a formação das maiorias políticas na Câmara a partir de 2027.

O prognóstico considera pesquisas de intenção de voto, recandidaturas, movimentações partidárias, histórico eleitoral, alianças estaduais, estrutura das campanhas e estratégias das legendas. O DIAP ressalta que os números constituem um exercício de projeção, e não pesquisa eleitoral ou indicação de voto, razão pela qual os resultados são apresentados em faixas e podem mudar até a eleição.

Fonte: Diap

Câmara pode ter nova correlação de forças em 2027

Projeção do DIAP aponta mudanças entre as maiores bancadas e renovação de 39% a 43% após as eleições



As eleições de 2026 poderão alterar a distribuição de forças na Câmara dos Deputados, mas sem romper completamente com a configuração atual da Casa. [Projeção do DIAP para a próxima legislatura](#) indica

Brasília-DF, 29 de setembro de 2026

Lula defende crescimento e distribuição de renda contra arrocho fiscal

Aumento do PIB e investimentos do PAC sustentam o equilíbrio fiscal com inclusão social e valorização do salário mínimo



O presidente e candidato à reeleição Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que a trajetória de crescimento da economia brasileira e o fortalecimento do mercado interno são os pilares centrais para garantir o equilíbrio das contas públicas sem penalizar a população de menor renda.

Em entrevista gravada no Palácio da Alvorada e transmitida no domingo (27) pelo programa Canal Livre, da Band, sob o comando do apresentador Rodolfo Schneider e com perguntas dos jornalistas Adriana Araújo, Fernando Mitre e Eduardo Oinegue, Lula destacou a entrega de um orçamento com saldo positivo e ressaltou que a distribuição do resultado da atividade produtiva deve priorizar as camadas populares e os investimentos em infraestrutura e educação.

Durante a sabatina, o presidente lembrou o histórico de cumprimento das metas fiscais ao longo de seus mandatos e explicou que a consolidação dos indicadores econômicos atuais ocorre após um período de reconstrução do aparato estatal e de retomada industrial. Segundo o chefe do Executivo, a elevação do Produto Interno Bruto (PIB) é a ferramenta sustentável para a redução da dívida pública em proporção à economia, o que permite manter o reajuste do salário mínimo acima da inflação e os aportes em programas estratégicos.

A recuperação da capacidade de investimento do Estado e o fomento ao parque produtivo nacional foram apontados como eixos centrais dessa estratégia.

O presidente citou o volume de recursos mobilizados pela Nova Indústria Brasil, direcionados para setores de alta tecnologia, construção civil e plantas farmacêuticas, além do papel do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na estruturação logística dos municípios. "Eu fui o único presidente da

história desse país e entre todos os presidentes do G20 que fiz superávit primário durante meus oito anos de mandato. A melhor forma da gente diminuir o endividamento com relação ao PIB é a economia crescer. E quando cresce, nós distribuímos o resultado do crescimento pro povo pobre, porque o PIB é a capacidade de produção que o povo teve. Só não me peçam para cortar benefício do povo pobre, que vai ser mantido", declarou Lula.

Outro ponto enfatizado foi o impacto dos investimentos na educação técnica e superior como indutor do desenvolvimento de longo prazo. De acordo com o presidente, a ampliação da rede de Institutos Federais e das universidades garante competitividade tecnológica e reduz custos sociais futuros, servindo como base para a inovação e inclusão produtiva dos jovens.

Fonte: Portal Vermelho

Rede Pela Soberania apoia Lula



O movimento Rede Pela Soberania publica o "Manifesto Bora Lula!", marcando sua posição nas eleições. Distribuído por meio das redes sociais, o Manifesto já tem adesão de jornalistas, juristas, servidores, sindicalistas, ativistas de movimentos sociais, artistas e outros, engajados no projeto político mais afinado com a questão estratégica da soberania brasileira.

O "Rede" é presidido pelo jornalista Sylvio Costa, fundador do site Congresso em Foco. Segundo seu presidente, "até as eleições vamos massificar o documento, buscando votos para Lula e demais candidatos do campo progressista". O jornalista João Franzin, da Agência Sindical, integra o RPS desde sua fundação no ano passado.

Para o Rede Pela Soberania, "o Presidente Lula é o único candidato capaz de derrotar os inimigos do povo e manter o País na trilha do desenvolvimento sustentável e da inclusão social".

O Manifesto também defende a reforma do Judiciário, maior participação social no controle da Justiça e do Ministério Público, fim dos supersalários na

Brasília-DF, 29 de setembro de 2026

administração pública, redução dos juros, modernização das instituições e uma gestão em constante diálogo com todos os setores representativos da sociedade”.

O movimento Rede é amplo é suprapartidário. Para seu presidente, Sylvio Costa, “as questões da democracia e da soberania nacional estão acima das preferências partidárias e devem ser fator de unidade nacional”.

[ACESSE O LINK](#) – Leia e assine o “Manifesto”, somando forças à luta pela soberania nacional.

Fonte: Agência Sindical

Projeto cria política nacional de valorização de costureiras



Proposta permite priorizar empreendimentos liderados por mulheres, mães solo, pessoas negras, dentre outros grupos - Foto: Paulo H. Carvalho/Agência Brasília

O Projeto de Lei 2987/26 cria a Política Nacional de Valorização, Qualificação, Formalização e Proteção Produtiva das Costureiras, Costureiros e Trabalhadores da Confecção. A iniciativa deverá considerar gênero, raça, renda, idade, deficiência, território e condição migratória. A proposta prioriza grupos mais expostos à informalidade, à baixa remuneração, à falta de proteção previdenciária e à precarização do trabalho.

O texto em análise na Câmara dos Deputados é de autoria do deputado Marcos Tavares (PDT-RJ).

Segundo dados da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit) citados pelo autor, a cadeia têxtil e de confecção movimentou R\$ 203,9 bilhões em 2023. O setor também criou 30,7 mil postos de trabalho entre janeiro e outubro de 2024, sendo 14,2 mil na indústria têxtil e 16,5 mil na confecção.

Marcos Tavares afirmou que a política oferece meios para a formalização e melhoria de renda sem criminalizar pequenos empreendedores ou trabalhadores autônomos.

“A proposição não se limita a reconhecer simbolicamente a categoria: cria diretrizes concretas para qualificação, formalização, crédito produtivo, compras públicas, rastreabilidade social, sustentabilidade e combate à precarização”, reforçou o deputado em justificativa.

Matéria completa:

<https://www.camara.leg.br/noticias/1304407-projeto-cria-politica-nacional-de-valorizacao-de-costureiras>

Fonte: Agência Câmara

Maior poder do Congresso aumenta importância do voto para o Legislativo, diz especialista

Cientista político defende que eleitor acompanhe propostas, emendas e atuação dos parlamentares

O cientista político e professor da Universidade de Brasília (UnB) Lúcio Rennó - Foto: Reprodução



Os brasileiros vão às urnas neste domingo (4) para escolher presidente da República, governadores, senadores e deputados federais, estaduais e distritais. Entre tantas escolhas, a de deputado nem sempre é feita com antecedência. Muitos deixam para decidir em quem votar para o Legislativo em cima da hora.

Em entrevista ao podcast Me Conta+, produzido pela Câmara dos Deputados, o cientista político e professor da Universidade de Brasília (UnB) Lúcio Rennó ressaltou, no entanto, que prestar atenção na escolha dos parlamentares se tornou ainda mais importante nos últimos anos.

“É cada vez mais importante prestar atenção no voto para deputado, deputada federal, senador e senadora. O Congresso é cada vez mais poderoso no Brasil, influencia cada vez mais as políticas públicas, seja diretamente pela produção de leis, seja via Orçamento”, afirmou.

Um dos principais exemplos desse fortalecimento, segundo Rennó, é a participação no Orçamento. Com o aumento do volume de recursos destinados por meio de emendas parlamentares e a ampliação das emendas de execução obrigatória, deputados e



Brasília-DF, 29 de setembro de 2026

senadores passaram a ter maior influência sobre a destinação do dinheiro público.

"O parlamentar toma a decisão sobre para onde ele vai mandar o dinheiro. Então, prestar atenção para onde o parlamentar está mandando suas emendas, para que tipo de projetos, quem é beneficiado. É a saúde? É a educação? Qual é a área de política pública em que esse deputado ou deputada está gastando dinheiro, senador ou senadora está investindo dinheiro? Isso é importante saber", destacou.

Comparação difícil

Na avaliação de Lúcio Rennó, o grande número de candidatos e partidos gera uma sobrecarga de informações e dificulta a comparação entre os que disputam uma vaga na Câmara dos Deputados e nas assembleias legislativas. O sistema proporcional também não ajuda.

"É difícil para o eleitor, ele fica perdido nesse amontoado gigantesco de dados, de informações que existem. São transparentes, estão lá, mas é difícil para ele acompanhar", afirmou. Para Rennó, mudanças capazes de reduzir essa dificuldade dependem de uma reforma do sistema eleitoral.

Ele ressalta que a escolha de um deputado deve levar em conta não apenas o candidato, mas também o partido. Embora o sistema brasileiro seja bastante centrado na figura do candidato, os partidos têm importância na organização das bancadas, na definição de agendas políticas e na distribuição de recursos para as campanhas eleitorais.

Trabalho nas bases

Para o cientista político, o aumento do Poder do Legislativo também reforça a necessidade de acompanhar e cobrar os representantes depois da eleição.

Ele defende que a atuação de deputados e senadores deve ser avaliada, entre outros fatores, pela apresentação e votação de propostas, pelas leis que ajudaram a aprovar e pela atuação no acompanhamento do uso dos recursos públicos.

O professor chama ainda a atenção para uma parte menos visível do mandato. Segundo ele, é um equívoco considerar que deputados e senadores trabalham apenas nos dias de sessões e votações em Brasília. "Parlamentar trabalha 7 dias por semana, 24 horas por dia, porque, quando ele está lá no seu reduto eleitoral, ele está atendendo gente, acompanhando quais são os problemas graves daquela localidade", afirmou.

Fonte: Agência Câmara

CNTI
CONFEDERAÇÃO NACIONAL
DOS TRABALHADORES
NA INDÚSTRIA

ASSÉDIO ELEITORAL É CRIME!
A SUA OPINIÃO TEM VALOR.
RESPEITE A LIBERDADE DE VOTO!

VOTE NO NOSSO CANDIDATO

SEM PRESSÃO NO TRABALHO

SEM AMEAÇAS E SEM COERÇÃO

VOTO LIVRE É DEMOCRACIA

RESPEITO A TODOS OS TRABALHADORES

Seu voto é a sua voz!

CNTI | 80 anos

Mês de prevenção ao suicídio

Setembro amarelo

Valorizar a vida é o primeiro passo para iluminar a esperança.

Sua vida vale muito. Precisamos falar sobre isso. Ligue 188

2026

SECRETARIA PARA ASSUNTOS DO TRABALHO DA MULHER, DA JUVENTUDE E DO IDOSO - CNTI